

OS AFRO-CUBANOS, PROTAGONISTAS SILENCIADOS DA HISTÓRIA CUBANA

Aline Helg

Universidade de Genebra- Suíça

Resumo:

Por que desde José Martí até a revolução de 1959, a história oficial cubana silenciou sobre o papel extraordinário dos afro-cubanos nas lutas contra a escravidão, pela independência e pela igualdade republicana? Este artigo responde a essa pergunta analisando os movimentos de escravos e livres de cor no século XIX, a liderança de Antonio Maceo e dos combatentes afro-cubanos nas guerras da independência e a formação em 1908 do *Partido Independiente de Color*, primeiro partido negro das Américas, até o aniquilamento do partido pelo Exército de Cuba em um massacre racista em 1912. O artigo também mostra como, desde 1959, a Revolução confirma a negação do protagonismo histórico dos afro-cubanos e evita todo debate sobre o racismo no país.

Palavras chaves: Cuba, Diáspora africana, história, discriminação racial, política racial.

Resumen:

Por qué, desde José Martí hasta la revolución de 1959, la historia oficial cubana ha tenido bajo silencio el papel extraordinario de los Afro-cubanos en las luchas contra la esclavización, por la independencia y por la igualdad republicana? Este artículo responde a esta pregunta examinando los movimientos de esclavos y de libres de color en el siglo XIX, el liderazgo de Antonio Maceo y de los combatientes afrocubanos en las guerras de independencia y la formación en 1908 del Partido Independiente de Color, primer partido negro de las Américas, hasta el aniquilamiento del partido por el Ejército de Cuba en una masacre racista en 1912. El artículo muestra como desde 1959 la Revolución confirma la negación del protagonismo histórico de los afrocubanos y ha evitado todo debate sobre el racismo en Cuba.

Palabras clave: Cuba—Diáspora africana—Historia—Discriminación racial—Política racial

No contexto de crescente marginalização dos negros em Cuba, após o desmantelamento da ajuda econômica soviética à Revolução, vários ativistas afrodescendentes creem que o reconhecimento nacional da *historical agency* dos afro-cubanos poderia permitir-lhes melhor confrontar o futuro, sem com isso ameaçar a unidade nacional cubana.¹ Com efeito, desde o fim do século XVIII que, em Cuba, a dupla subalternização - escravidão e discriminação racial - dos africanos e dos afrodescendentes,

¹ Enquanto as estatísticas oficiais situam a atual percentagem dos Afro-cubanos na população da ilha em 35% do total, vários observadores estimam que este número chega aos 65%.

escravos e homens livres, negros e mestiços, favoreceram a união em uma longa luta comum contra a escravidão e pela independência, única na América Latina. Esta união dos afro-cubanos, para lá das diferenças de classe, cultura e cor, continuou no início do século XX, através da luta contra a discriminação e segregação raciais, sobretudo pela formação do primeiro partido político “de cor” no continente americano. No entanto, esse protagonismo autônomo dos afro-cubanos continua sendo negado pelos historiadores e intelectuais euro-cubanos, mesmo quando a historiografia recente da maioria dos países americanos já destaca o papel crucial da diáspora africana na história deste hemisfério. Tendo em conta as contribuições fundamentais dos Afro-cubanos para a formação da sua nação, este artigo considera que a história oficial de Cuba é um exemplo daquilo que Michel-Rolph Trouillot chamou de “silenciando o passado” (*Silencing the past*), como forma de disfarçar a formação muito tardia do primeiro movimento cubano para a independência nacional (1868) e a abolição, ainda mais tardia, da escravatura (1886) (Trouillot, 1995).²

ESCRAVOS E NEGROS LIVRES, PROTAGONISTAS DO SÉCULO XIX

A partir de 1780 e, sobretudo da revolução haitiana até 1866, os proprietários das plantações em Cuba importaram anualmente milhares de escravos africanos. Nas plantações, a escravidão brutalizava-se ao ponto de os fazendeiros considerarem mais rentável explorar até à morte

e substituir regularmente a mão-de-obra cativa, do que encorajar o seu crescimento natural. Contudo, a chegada constante de escravos africanos transformou a demografia de Cuba, triplicando a população da ilha entre 1790 e 1820. A *raza de color* (raça de cor, segundo a terminologia da época, que englobava escravos e negros livres) tornou-se majoritária, enquanto os brancos não representavam mais do que 44 % do total. Além disso, a proporção de homens livres de cor em relação aos escravos diminuiu: em 1827, negros e mulatos constituíam 56% da população, mas, entre eles, apenas um quarto era livre, sendo os outros três quartos escravos. Em 1841, ao somarem 347 000, os escravos tinham-se tornado mais numerosos do que os brancos, muito à frente dos afrodescendentes livres.

Essa transformação afetou profundamente a população de cor livre, já discriminada pelo estatuto de *limpieza de sangre* (limpeza de sangue) que proibia aos afrodescendentes livres o acesso a formações superiores, funções reais, militares ou eclesiásticas, tendo como base a mancha permanente da escravidão na sua genealogia (*mancha de la esclavitud*) (HELG, 2014). Apesar de, em 1763, a reforma militar ter permitido a ascensão no exército de homens negros e mulatos livres, depois de 1800 todos os afrodescendentes livres foram “racializados” e muitas vezes tratados como escravos pela sociedade branca. Sujeitos às vexações e exclusões crescentes, os homens negros livres reaproximaram-se dos escravos. Neste processo, os *cabildos de nación africana*, confrarias inicialmente promovidas pela Igreja católica para integrar os escravos africanos à

² Os termos “Euro-Cubanos” e “Afro-Cubanos” são usados em alternância com os de “brancos” ou “negros”, e o termo “Cubanos” para os cidadãos de Cuba sem diferença racial.

crisandade mantendo as suas divisões étnicas, multiplicaram-se e tornaram-se espaços privilegiados de encontro e ajuda mútua entre africanos e afrodescendentes, cativos e livres, trabalhadores e artesãos, homens, mulheres e crianças, alguns dos quais sabiam ler e escrever. Ligando as cidades às plantações formando uma rede, os *cabildos* eram locais cruciais de socialização da *raza de color*, com a sua forma de - *governança*, suas finanças cooperativas, mas também suas práticas religiosas e culturais (HOWARD, 1998).

Simultaneamente, até a abolição em 1886, os escravos rebelaram-se queimando plantações, atacando seus capatazes, enquanto outros fugiram, alguns com a intenção de formar *quilombos* nas montanhas (GARCIA, 2003; YACOU, 2009). Particularmente relevantes, duas revoltas uniram homens de cor livres e escravos : a Revolta de Aponte, em 1812, e a de La Escalera (a escada, sobre a qual os suspeitos eram torturados), em 1844. As duas foram reprimidas com prisões e torturas massivas, seguidas de execuções, flagelações públicas e deportações. Na primeira revolta (34 execuções), liderada por José António Aponte, artesão, pintor e miliciano negro, os homens livres de cor de Havana se lançavam na continuidade da Revolução do Haiti e dos movimentos independentistas da América Continental exigindo a liberdade dos escravos e o fim do domínio espanhol (CHILDS, 2001; PALMIÉ, 2002). Ocultada durante muito tempo na memória histórica cubana, a Conspiração de Aponte deixou, no entanto a expressão ainda hoje usada “pior do que Aponte”, que demonstra o

medo que ela gerava entre os brancos. Quanto à Conspiração de La Escalera (78 execuções), foi sem dúvida inspirada no abolicionismo inglês, depois da emancipação geral dos escravos das colônias britânicas em 1838. Para desvendá-la e reprimi-la, as autoridades recorreram de forma massiva à tortura, frequentemente mortal para os escravos, e incriminaram numerosos homens livres de cor famosos, como o poeta Gabriel de la Concepción Valdés, conhecido como Plácido, que totalizaram a metade das execuções, 433 penas exílio, centenas de condenações a prisão e confisco sistemático dos bens. Além disso, as milícias de cor foram abolidas e novas regras submeteram os escravos e homens livres de cor a uma vigilância ainda mais rígida. O ano de 1844 ficou gravado na memória histórica dos afro-cubanos como “o ano do chicote” (REID-VAZQUEZ, 2011; PAQUETTE, 1988).

Neste contexto turbulento, a Revolução haitiana, na origem do sucesso da economia escravista de Cuba, não parava de assombrar o imaginário dos proprietários das plantações e das autoridades da ilha. À medida que o aumento do número de escravos africanos transformava a demografia, os temores de uma revolta no modelo haitiano multiplicavam-se. Os antídotos para este cenário de catástrofe iam desde a promoção da imigração massiva de espanhóis, ao “regresso” forçado dos negros a África e à anexação ao sul escravagista dos Estados Unidos, passando pela autonomia no seio da Espanha. Para a quase totalidade dos euro-cubanos, a independência significava um risco demasiado elevado de um “outro Haiti”, mesmo se alguns deles desejassem a abolição da escravatura. Com efeito, até o

deflagrar da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, as expedições de “libertação” de Cuba tinham como objetivo a integração de Cuba a esse país, como um estado escravagista do Sul, como demonstra a estrela solitária da bandeira cubana (OPATRNY, 1993).

De fato, só em 1868 — ou seja, três anos após que a derrota dos Confederados e a abolição da escravidão nos Estados Unidos acabassem com a possibilidade de anexação — é que tem início a primeira guerra da independência de Cuba, com o “Grito de Yara” do proprietário Manuel de Céspedes na região de Oriente, então enfrentando uma crise econômica. Como Simão Bolívar em 1816, Céspedes e outros proprietários emanciparam os seus escravos para integrá-los nas suas tropas ou para confiarem-lhes tarefas de produção. A eles se juntaram rapidamente agricultores, artesãos e trabalhadores do Oriente, na sua maioria homens negros livres, naquela que veio a ser a Guerra dos Dez Anos (1868-1878). A notícia da emancipação pelos patriotas também lançou milhares de escravos fugitivos nas suas colunas. O exército de libertação era assim composto em grande medida por afrodescendentes, muitos dos quais, como os irmãos Antônio e José Maceo, tinham como objetivo tanto a independência como a abolição imediata. Ao mesmo tempo, graças às suas aptidões militares e estratégicas, estes homens subiram na hierarquia militar. Mas a insurreição não conseguiu ganhar as províncias do centro e do Oeste da ilha, onde as elites euro-cubanas defendiam a escravatura e a anexação à Espanha. O medo que a *raza de color* tomasse o controle do movimento independentista,

astuciosamente alimentado pela Espanha, levou os líderes rebeldes, todos euro-cubanos, a negociar com Madrid o Tratado de Zanjón, o qual garantia algumas liberdades políticas e emancipava os escravos que haviam participado na guerra. Antes, em 1870, as Cortes espanholas tinham adotado uma lei de abolição gradual da escravatura (ventre livre) que deveria prolongar a escravatura até 1930. Antonio Maceo e alguns outros generais recusaram este tratado por não pôr fim nem à escravatura nem à dominação espanhola, e lançaram a Guerra Chiquita (1879-1880) a partir de Oriente, sem grande sucesso (SCOTT, 1985; IBARRA, 1972).

Seguiram-se longos anos de pausa na luta pela independência. Em 1880, a lei do *patronato* acelerou o fim da escravatura através de um sistema de “aprendizagem do trabalho livre” de oito anos de duração, no fim dos quais todos os escravos seriam emancipados. Milhares de escravos não quiseram participar dessas aprendizagens e compraram a sua liberdade de seus senhores. Dois anos mais cedo do que o previsto, em 1886, os últimos 25 000 escravos *patrocinados* de Cuba foram libertados, pondo fim à escravidão (SCOTT, 1972: p. 141-171). Simultaneamente, as restrições raciais que afetavam os afrodescendentes livres foram levantadas e, pela primeira vez, em 1887, os afro-cubanos foram recenseados como « espanhóis », mas sempre na subcategoria “de cor”. Longe de renunciar à luta contra a subalternização, numerosos afro-cubanos continuaram a mobilizar-se, não apenas nos *cabildos de nación*, mas também em “sociedades da raça de cor” (*sociedades de*

la raza de color) que, em 1887, se federaram num Diretório presidido pelo jornalista mulato Juan Gualberto Gómez, e criaram o semanário *La Igualdad* (A Igualdade). Precursor da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP, fundada em 1909) dos Estados-Unidos, o Diretório lutava contra a discriminação racial, a exclusão das crianças negras de muitas escolas e a segregação em locais públicos, às quais as reformas recentes não tinham posto fim.³ Além disso, *La Igualdad* publicava artigos demonstrando o *historical empowerment* dos afro-cubanos, apresentando-os como protagonistas da história cubana, principalmente devido ao papel fundamental do trabalho escravo no enriquecimento da ilha, à coragem e sacrifício de heróis como Plácido, executado em 1844, e à participação crucial dos afro-cubanos na Guerra dos Dez Anos e na abolição da escravatura. A partir de 1894, o Diretório e a sua rede de sociedades de cor mobilizaram-se a favor da independência (HELG, 1995, p. 35-54).

JOSÉ MARTÍ E O REESCREVER DA HISTÓRIA DA GUERRA DOS DEZ ANOS

Após a abolição da escravatura em 1886 e a criação do Diretório das sociedades de cor, os euro-cubanos e os espanhóis temiam de novo uma “guerra das raças” ou a transformação do Diretório em um partido político que impusesse uma república negra em Cuba. Do seu exílio nos Estados Unidos, José Martí, mesmo sendo um adepto convicto a uma

Cuba independente, republicana e igualitária, julgava que enquanto os euro-cubanos não estivessem convencidos de que os negros não se revoltariam contra eles, não pegariam em armas contra a Espanha. A partir de 1891, Martí iniciou uma campanha com o objetivo de tranquilizar aos euro-cubanos, onde despojou os afro-cubanos de todo o protagonismo histórico autónomo. Apresentando-os como escravos vítimas do sistema estabelecido pela Espanha, ele cala sobre o passado de revolta e sobre os quilombos para focar no ano de 1868. Segundo ele, durante a Guerra dos Dez Anos, os cubanos já tinham ultrapassado duas etapas cruciais que tornavam impossível uma “guerra das raças”. Em primeiro lugar, os senhores de escravos, instigados por Céspedes, tinham emancipado os seus escravos voluntariamente, apagando assim qualquer aspiração de vingança por parte destes. Em segundo lugar, negros e brancos tinham aprendido a combater e a morrer juntos pela liberdade de Cuba. Certamente a abolição da escravatura não tinha eliminado o racismo, mas, no entanto, quando a monarquia espanhola finalmente concedeu igualdade aos afrodescendentes como forma de ganhar a sua fidelidade, já era tarde demais: eles já se consideravam cubanos mais do que negros ou mulatos e, desde então, continuariam a lutar pela independência. Na próxima guerra, pressagiava Martí, como negros e brancos combateriam de novo lado a lado, os vestígios do racismo desapareceriam e, doravante, homens e mulheres passariam a ser julgados apenas pelos seus méritos (HELG, 1996, p. 16-17, 71, 105-106).

³ *Reglamento del Directorio central de la raza de color, La Habana, Imprenta “La Lucha”, 1892.*

Incontestavelmente, este reescrever da história por Martí pouco antes de 1895 permitiu acalmar os temores dos euro-cubanos, mas também efetuou uma censura do passado, com pesadas consequências. Com efeito, desde que Martí foi morto em maio de 1895, pouco depois do seu desembarque em Cuba, os seus escritos – mais propagandistas do que visionários – transformaram-se em dogmas. A partir de então, o ato fundador da nação passa a ser o Grito de Céspedes em 1868, que também havia libertado os escravos; a Guerra dos Dez Anos consagrara a união dos Cubanos independente de suas diferenças raciais, ocultando assim a possibilidade de discriminação e do racismo dos brancos contra os afrodescendentes. O corolário desta dedução era a condenação dos negros e mulatos ao reconhecimento para com os brancos pela abolição da escravatura e concessão da igualdade. Ficava excluída qualquer ideia de reparação por um passado agora imputado à monarquia espanhola, ao mesmo tempo em que autorizava que qualquer mobilização autónoma dos afro-cubanos fosse vista como ameaça a segurança e a unidade da nação baseado no dogma “con todos . . . y para todos”.

Esta censura preventiva reaparece na decisão de José Martí, no início de 1895, de afastar António Maceo do cargo de comandante supremo do Exército de Libertação em favor do euro-dominicano Máximo Gómez, para evitar as tensões raciais, assim como na sua insistência em manter a preponderância do governo civil provisório sobre o estado-maior militar na condução da guerra (MARTÍ e GOMEZ, 1975. p. 91-101; HELG, 2001, p.61-89). No entanto,

foram Antonio e José Maceo que, depois do desembarque em abril de 1895, estimularam os jovens e os veteranos do Oriente. Mais uma vez, os afro-cubanos formaram rapidamente a maioria do exército e uma boa parte dos seus oficiais, mesmo que não constituíssem mais do que um terço da população. Após a morte de Martí, um mês mais tarde, foram conscientemente marginalizados pelos euro-cubanos. Em setembro de 1895, o governo civil provisório, composto exclusivamente por brancos, adotou uma lei que promovia automaticamente ao cargo de oficiais os homens que possuísem um diploma, “branqueando” assim o comando do Exército de Libertação. Outro episódio com consequências dramáticas foi a reação do governo provisório à vitória da campanha ocidental de Maceo em 1896, que tinha conseguido atravessar a ilha de leste a Oeste, dando à guerra da independência a dimensão nacional que lhe faltara em 1868-1878. Mais do que celebrar esta vitória, o governo provisório acusou Maceo de querer estabelecer uma república negra em Cuba e recusou-lhe os reforços de que este precisava para consolidar as posições das suas tropas. Pouco depois, ele foi morto em combate. A partir daí, privado dos seus talentos estratégicos e com um Máximo Gómez desiludido, o governo provisório não recuperou a iniciativa militar, enquanto o seu delegado em Washington, Tomás Estrada Palma, futuro primeiro presidente de Cuba em 1902, negociava secretamente uma intervenção norte-americana na guerra.

A primeira ocupação dos Estados Unidos, de 1898 a 1902, não levou ao êxodo em massa

dos espanhóis. Além disso, as elites euro-cubanas impediram qualquer mobilização de afro-cubanos e/ou veteranos no Exército de Libertação contra a sua marginalização, argumentando que ela prolongaria a presença norte-americana. Melhor seria projetar para o futuro, como o deixava entrever a Constituição cubana de 1901, que concedia a nacionalidade cubana aos nativos de África, definindo “que todos os Cubanos são iguais aos olhos da lei” e estabelecendo o sufrágio universal masculino — uma decisão, cujo carácter excepcionalmente democrático para a época tendo em conta a segregação legal no Sul dos Estados, os políticos euro-cubanos não se cansavam de sublinhar (DE LA FUENTE, 2001, p. 56-60). Mas o princípio de igualdade à cubana era temperado pelo princípio da “igualdade baseada no mérito” e limitado à esfera pública, sem consideração pela esfera privada. Se durante as guerras da independência, esta igualdade tinha permitido a ascensão militar de alguns homens de ascendência africana, particularmente dotados e corajosos, depois da independência, ela só recompensara aqueles que tinham uma educação superior e exerciam profissões não manuais, às quais só os brancos tinham acesso durante o colonialismo. Além disso, a adoção do princípio de igualdade perante a lei coincidiu com a admiração das elites euro-cubanas pelo racismo pseudocientífico que condenava o conjunto da *raza de color* a alteridade e inferioridade inata. O efeito perverso, mas propositado da igualdade baseada no mérito, foi o de tornar os afrodescendentes responsáveis pela sua marginalidade socioeconómica.

UM PARTIDO NEGRO PARA ASSEGURAR UMA IGUALDADE TANGÍVEL

O descontentamento popular aumentou quando o primeiro governo cubano do conservador Estrada Palma, empossado em 1902, não fez nada pelos veteranos, continuou a afastar os afro-cubanos dos cargos públicos e deixou a segregação racial intacta. Enquanto que a ocupação estadunidense tinha desenvolvido e integrado racialmente a educação pública, Estrada não promoveu nenhuma política social ou agrária em favor daqueles que tinham sido excluídos dos privilégios coloniais por sua ascendência africana e/ou tinham combatido pela independência. Mais grave ainda, ele subsidiou a imigração de dezenas de milhares de espanhóis para “branquear” a população cubana (PEREZ JUNIOR, 1986). Simultaneamente, o governo de Estrada atacou a “barbárie africana” em nome da “civilização branca”, reprimindo as religiões afro-cubanas, apelidadas de feitiçaria (ORTIZ, 1916).⁴

Estas políticas visavam abertamente despojar os veteranos afro-cubanos da sua aura de combatentes da liberdade e da sua capacidade de exercer a cidadania, apresentando-os como feiticeiros efeminados cozinhando crianças brancas nas suas panelas, rodeados de “africanos primitivos” estereotipados (HELG, 2000, p. 576-604). Esta vaga racista não poupou Antonio Maceo, cujo esqueleto foi exumado e submetido a uma análise antropométrica que concluiu que

⁴ Ver também Francisco Calcagno, *Aponte, Barcelona, Tipografía de Francisco Costa, 1901, que descreve Aponte como um negro bárbaro que queria aniquilar os brancos e transformar Cuba num outro Haiti.*

se os seus ossos o ligavam à raça negra, as dimensões do seu crânio e o peso provável do seu cérebro eram iguais aos de um branco, o que explicava as suas capacidades de estrategista militar. Quanto ao primeiro afro-cubano a obter um diploma de Direito Civil, Juan Tranquilino Latapier em 1902, o seu êxito foi mencionado na principal revista com uma longa explicação antropológica, segundo a qual, graças a exercícios eficazes e a um ambiente estimulante, o cérebro de um negro podia atingir as dimensões e o peso do de um branco.⁵ Uma das primeiras obras de história nacional, publicada em 1901, não inclui nem a Conspiração de Aponte nem a de Escalera na sua revisão dos pioneiros e mártires da independência cubana (MORALES Y MORALES, 1963).

Vários intelectuais afro-cubanos rejeitaram a ideologia da supremacia branca nos seus jornais e denunciaram as políticas de imigração e emprego, cujo único objetivo era marginalizar, ou mesmo, fazer desaparecer os negros através da demografia. Rafael Serra, em particular, ironizava um “patriotismo humilhante e ridículo” que glorificava os heróis mortos em combate, mas exigia que os afro-cubanos calassem as suas reivindicações em nome da unidade cubana, ao mesmo tempo em que todas as outras “classes” se organizavam para defender os seus interesses sem os negros. Como nenhum partido apoiava uma igualdade racial tangível, Serra aconselhava os afro-cubanos a formar a sua própria organização para que assim fossem considerados pelo governo (SERRA, 1907).

Quando os Liberais, liderados pelo euro-cubano

5 Ver J. R. Montalvo et al. 1900 e *El Figaro (La Habana)*, 23 de Novembro de 1902, p. 559.

José Miguel Gómez, iniciaram a Revolução de Agosto de 1906 contra a tentativa de Estrada Palma de se manter no poder de forma fraudulenta, milhares de afro-cubanos, jovens ou veteranos, juntaram-se a eles para manifestar a sua revolta, formando a maioria dos 25 000 homens mobilizados, aos quais Gómez prometeu postos caso se tornasse presidente. Os Estados Unidos responderam com a segunda ocupação militar, de 1906 a 1909. Durante a ocupação, todos os partidos e grupos de interesse buscaram se posicionar junto ao governo estadunidense, para obter o seu quinhão de poder após a sua partida. Desta vez, numerosos afro-cubanos recusaram a marginalização. Os mais participativos eram os veteranos, que começaram a exprimir publicamente as decepções sentidas desde 1898. Nos jornais da *raza de color* e em manifestos, denunciavam o racismo ambiente e reclamavam “lo que nos corresponde” ou “nuestra justa participación en los destinos públicos” por parte de uma república que eles tinham orgulhosamente contribuído a libertar do jugo espanhol. Eles tinham estado sobre-representados no Exército de Libertação e na Revolução de Agosto e os seus chefes mais prestigiados tinham morrido em combate, por isso, afirmavam, não iam contentar-se a serem cidadãos de segunda classe na República. Recusavam também que cubanos brancos, que muitas vezes não tinham sequer combatido durante a guerra, ou pior, imigrantes espanhóis, obtivessem a maior parte dos postos no setor público, enquanto as terras mais férteis, as minas e os transportes eram controlados pelos estadunidenses e o comércio pelos Espanhóis

(PEREZ JUNIOR, 1986, p. 99-104).

É neste contexto que cidadãos afro-cubanos decidem formar uma organização adequada à modernidade republicana: um partido político para tentar tornar a sociedade cubana mais igualitária pela via democrática das urnas. Em 1908, o contramestre liberal Evaristo Estenoz, promovido a general durante a Revolução de Agosto, em conjunto com outros veteranos, fundaram o Partido Independente de Cor (PIC) — o primeiro partido político organizado por negros na América — com o seu jornal, *Previsión* (HELG, 1995, p. 142-147).

Aproveitando do fato de que a nova ocupação pelos Estados Unidos não permitia que os políticos euro-cubanos os acusassem de ameaçar a soberania cubana, eles defendiam que o discurso oficial da república unitária não lhes deixava espaço algum para combater a discriminação de que eram alvo. No *Previsión*, e apoiado em dados e fatos diversos, o PIC demonstrava que a igualdade racial defendida por Martí depois da independência estava longe de ser uma realidade. Eles basearam-se, em parte, no recenseamento detalhado da população de Cuba feito pela administração militar estadunidense em 1907, o qual revelava que a separação entre brancos e negros em Cuba era profunda e que os imigrantes espanhóis eram, em geral, muito melhor posicionados que os afro-cubanos, mesmo nos cargos governamentais. Chamavam atenção também para a segregação racial praticada pela Igreja católica nos registros paroquiais e para a exclusão dos afro-cubanos das funções do ministério católico.

Denunciavam o fato de muitos colégios privados, católicos ou não, não admitirem negros que, por consequência, só muito raramente conseguiam entrar para a universidade. Insurgiam-se contra a exclusão dos afro-cubanos de numerosos clubes, sociedades profissionais ou sindicatos, e também contra a pretensão dos cidadãos dos Estados Unidos de lhes impor um regime de segregação nos hotéis e restaurantes de Cuba. Longe de apenas se apresentarem como vítimas, o seu discurso combativo destacava o programa de luta contra a marginalização.

Enquanto a revolução mexicana não havia sequer começado, o PIC já elaborara um programa político admiravelmente moderno que incluía desde reformas sociais destinadas ao conjunto das classes trabalhadoras, como jornada de trabalho de oito horas, reforma agrária, educação pública e gratuita para todos até à universidade, ao controle pelo Estado da educação privada, abolição da pena de morte, justiça democrática com a criação de júris populares, reforma penitenciária, distribuição das terras do domínio público aos pequenos camponeses, e a prioridade para os cubanos no emprego. Algumas reivindicações visavam especificamente os afrodescendentes: a representação proporcional no emprego público, incluindo a diplomacia (“para que Cuba seja representada tal como é”) ou a proibição da discriminação racial, por exemplo.⁶ Na verdade, alguns aspectos do programa do partido revelavam ambiguidades. Opunham-se à Emenda Platt (que autorizou a intervenção dos Estados Unidos em Cuba), mas admitiam terem

6 Ver *Previsión (La Habana, 1908-1910)*.

sido reconhecidos pelo ocupante estadunidense; denunciavam os linchamentos e a segregação nos Estados Unidos, mas defendiam que lá, ao contrário do que se passava em Cuba, os negros tinham o direito de se organizar nas suas próprias associações.

O PIC realizou um importante trabalho de *historical empowerment* destinado a alimentar o orgulho e mesmo a estabelecer a preponderância dos afro-cubanos na construção da sua nação. Um primeiro componente desta valorização histórica era o elogio de África, berço da humanidade, uma África que também tinha levado a cultura à Península Ibérica na era muçulmana. O segundo era a promoção do homem e da mulher negros pela sua beleza, qualidades morais, a sua resistência e a sua distribuição nacional e mundial. Um terceiro componente passava por reescrever a história de Cuba, quebrando os silêncios estabelecidos pela propaganda independentista de Martí. Assim, *Previsión* descrevia a escravidão em toda a sua crueldade e comparava-a a subordinação igualmente paralisante ainda imposta aos afro-cubanos membros dos partidos liberal e conservador. O jornal retirava a conspiração de Aponte, de 1812, do esquecimento e devolvia ao seu líder o seu papel histórico obliterado pela expressão popular pejorativa “pior do que o Aponte”. O jornal mencionava frequentemente o ano de 1844 ou “o ano do chicote” para mostrar a continuidade da repressão injusta dos negros pelo poder branco e exaltava constantemente a memória de Antonio Maceo.

Este reescrever da história de Cuba, centrada

nos afro-cubanos também, era plenamente assumida nos artigos e ilustrações de Julio V. Sierra publicados no *Previsión*. Para isso, Sierra criou a personagem José Rosario, que se opunha ao personagem do camponês branco Liborio, encarregado de representar o bom senso cubano na imprensa dominante. De José Rosario, Sierra dizia: « Este cubano é um homem tão negro como cubano »; camponês, mas a cavalo, simples e corajoso, levando sempre o seu facão na cintura. José Rosario rompia, portanto, com a imagem eurocêntrica do cubano, e a sua história era a dos sofrimentos dos africanos e afro-cubanos sob a escravidão, do seu empenho e dos seus sacrifícios durante as guerras da independência, e da sua exclusão durante a república. Em espelho, Sierra narrava a história de Liborio, a sua crueldade durante a escravatura, a sua covardia durante as guerras e a sua traição aos seus compatriotas negros depois da independência. O tema da traição por parte dos euro-cubanos era recorrente no jornal, que afirmava que os negros tinham composto 80% do Exército de Libertação, que 82 000 dentre eles tinham morrido pela independência de Cuba em oposição aos 26 000 brancos, mas que estes últimos tinham despojado os afro-cubanos dos frutos da sua vitória depois da independência e depois da eleição do liberal Gómez para a presidência da república em 1909. De novo, este discurso aparentemente em tom de vítima, justificava a retomada do protagonismo afro-cubano: escudando-se astuciosamente por trás de uma citação de Martí, Sierra afirmava que o empenho dos negros pela liberdade de Cuba exigia que eles “continuassem a revolução até

ao desaparecimento da menor injustiça”.

Simultaneamente, o PIC desenvolveu-se de maneira fulgurante depois da subida à presidência de Gómez, o qual não tinha materializado nenhuma das promessas da Revolução de agosto: nem emprego público, nem distribuição das terras nacionais pelos veteranos e afro-cubanos, mas muitas benesses aos que lhe eram mais próximos. A adesão do veterinário conservador Pedro Ivonnet, um veterano da campanha ocidental de Maceo em 1896, ao PIC havia reforçado o partido no Oriente. Ele e Estenoz organizaram reuniões em diversas províncias para mobilizar os afro-cubanos. No início de 1910, o PIC tinha constituído comissões em toda a ilha e proclamava ter 60 000 membros dos quais 15 000 veteranos.⁷ Estes números eram sem dúvida exagerados, já que equivaliam a 44% do eleitorado negro (e 14% do total absoluto). Tendo como base a tiragem do *Previsión* e as listas das suas comissões, o partido parece ter totalizado cerca de 15 000 membros, sobretudo trabalhadores e camponeses negros e mulatos, entre os quais muitos veteranos. Era um número importante para um partido fundado menos de dois anos antes. Como 1910 era ano de eleições para o Congresso cubano, este recrutamento do PIC inquietava o partido conservador de Estrada Palma e, sobretudo, o liberal de Gómez, cuja força dependia em larga escala dos sufrágios afro-cubanos. Da ridicularização, os dirigentes conservadores e liberais passaram ao ataque, brandindo novamente o espectro da “guerra das raças”. Acusaram o PIC de preparar uma

conspiração para derrubar o poder da época, massacrar os brancos e transformar Cuba num “outro Haiti” — com o apoio de feiticeiros negros. O PIC contribuiu para a escalada da situação ao publicar um apelo à autodefesa dos negros contra o racismo:

*Todo o homem de cor que não mate imediatamente o seu agressor covarde que o persiga em um lugar público, é um miserável, um fracassado, uma vergonha para a sua pátria e para a sua raça. O PIC só deixará de existir no dia em que um negro punir, matar como um cão, um desses que vieram para Cuba para humilhar os irmãos de Maceo, encorajados e protegidos pelo governo.*⁸

Era este o pretexto que o governo esperava para suspender o *Previsión* e prender Estenoz. Ao mesmo tempo, no Congresso, os liberais preparavam uma lei para proibir o PIC, argumentando que, ao representar os negros, o partido não respeitava a igualdade garantida pela Constituição. Muito astuciosamente, fizeram com que o projeto de lei fosse apresentado pelo único senador afro-cubano com assento no Senado: Martín Morúa Delgado, próximo do presidente Gómez. A fim de garantir a aprovação da lei, os liberais espalharam por todo o lado o rumor da conspiração negra para transformar Cuba num “outro Haiti”. Em abril de 1910 o Exército e a Guarda Rural detiveram e prenderam centenas de afro-cubanos, membros ou não do PIC. Estenoz, Ivonnet e mais de 200 outros afro-cubanos foram transferidos para a

7 *Previsión*, 15 de fevereiro de 1910.

8 *Ibid.*, 30 de janeiro de 1910.

prisão de Havana para ali serem julgados por conspiração contra a República. Essa repressão facilitou a interdição do PIC pelo Congresso. Mesmo se o processo tenha sido concluído com um veredicto inocentando os acusados, o PIC tornava-se ilegal e enfraquecido a partir desse momento. Os militantes libertados tentaram por todos os meios de obter novamente a legalização do seu partido, tendo em vista as eleições-gerais de novembro de 1912. Eles tentaram estabelecer um acordo com Gómez, obter o apoio dos conservadores e conseguir a intercessão de Washington em favor do partido, mas em vão (HELG, 1995, p. 164-191).

Finalmente, em maio de 1912, o PIC lança um protesto armado simbólico no oriente da ilha para obrigar o governo a conceder novamente sua legalização. O “protesto armado” era um meio utilizado por grupos de pressão, especificamente o Comité Nacional dos Veteranos, para obter concessões do governo, o qual, em geral, cedia para evitar uma intervenção estadunidense. Mas os membros do PIC não tinham se dado conta da força do racismo anti-negro em Cuba.

Em vez de negociar, Gómez enviou o Exército, a Guarda Rural e centenas de voluntários brancos para massacrarem os manifestantes, em nome da defesa da civilização contra a barbárie. Quatrocentos e cinquenta marines dos Estados Unidos desembarcaram em Guantánamo para proteger as plantações estadunidenses. O Congresso suspendeu as garantias constitucionais. Rapidamente, ocorreu uma carnificina. O Exército Cubano e os voluntários massacraram não só os manifestantes do PIC,

que fugiam para as montanhas, mas também centenas de famílias de camponeses cujo único crime era terem a pele escura. Após 45 dias de conflito, o balanço era terrível: mais de 2 000 Afro-cubanos mortos segundo o exército, 6 000 de acordo com um observador estadunidense, que acrescentou que esta não era uma perda para a humanidade. No Congresso, os poucos negros que exprimiram a sua inquietação foram acusados de conivência com os insurgentes e calaram-se (HELG, 1995, p. 194-226).

O massacre de milhares de afro-cubanos em 1912 visava não apenas matar o PIC, mas erradicar também toda a aspiração entre os negros de Cuba de se reorganizarem politicamente de maneira autónoma.⁹ Nesse sentido, a imprensa e os intelectuais euro-cubanos transformaram as diligências legais de um grupo de afro-cubanos para formar um partido político de forma a obter uma igualdade tangível pela via democrática das urnas, em uma conspiração negra contra a nação (branca), em um cataclismo bárbaro que não podia ser parado a não ser pelo sangue. Esta mistificação permitiu desumanizar todos os afrodescendentes, qualquer que fosse a sua condição, para justificar a manutenção das hierarquias sócio-raciais coloniais durante a república. Com isto, legitimou a violência coletiva e a repressão racista ordenadas pelo governo. Abria também caminho a um novo reescrever da história cubana de acordo com as ideologias racistas em voga, onde menções discretas à “igualdade baseada nos méritos”

⁹ *Pelo contrário, as sociedades de cor foram sempre encorajadas já que permitiam a segregação das atividades de lazer e da vida privada.*

não eram mais necessárias, referências ao protagonismo afro-cubano podiam ser apagadas e mesmo o massacre dos negros em 1912 podia ser considerado como um avanço em direção à civilização pois tinha permitido adiantar o branqueamento da população.

CUBA SEM OS AFRO-CUBANOS

Foi isso mesmo o que ocorreu. Primeiro, antes da carnificina, os artigos e caricaturas publicados nos principais jornais de Havana não hesitavam em apresentar o protesto armado do PIC como um carnaval de feiticeiros e pândegos africanos, cujos dirigentes, Estenoz e Ivonnet, eram ridicularizados como imperadores de pacotilha haitianos. Depois, à medida que a matança prosseguia, as vítimas afro-cubanas eram desumanizadas, excluídas da cidadania e caricaturadas como orangotangos prontos a incendiar a República, bárbaros contra os quais a lei do chumbo era a única possível. As imagens do bom afro-cubano representavam-no inoculando-se com a peste bubônica para acelerar o desaparecimento da sua raça em Cuba, ou como um negro vestido à ocidental, submisso e calado, que “será sempre amigo dos Brancos”.¹⁰ Ao mesmo tempo, obras pseudocientíficas com títulos eloquentes — *La extinción del negro* ou *Guerra de razas*— legitimavam o massacre em nome da marcha de Cuba em direção ao progresso. Estas obras exploravam o pacifismo dos membros do PIC em 1912 para destruir a “lenda” construída durante as guerras da

independência, segundo a qual os negros seriam melhores combatentes do que os brancos: eram covardes sem uma liderança branca, e mesmo o general Antonio Maceo não passava de um estrategista medíocre. Quanto à contribuição do poeta Placido, executado em 1844, para a cultura cubana, esta era superficial e sem genialidade. Segundo um autor, “Cuba não deve elementos de progresso à raça negra em nenhuma classe de atividades humanas” (CONTE E CAPMANY, 1912; MUSTELIER, 1912).

O massacre de 1912 teve tal impacto sobre os afro-cubanos em geral que, depois de 1912, aqueles que ainda procuravam influenciar a política o faziam, de preferência, a partir do interior dos partidos — liberal, conservador e comunista notadamente — ou dos sindicatos, todos dirigidos por euro-cubanos. Ao mesmo tempo, em face à segregação como forma de pressionar o governo, os afro-cubanos continuaram a manter os seus próprios semanários para se exprimir e as suas sociedades e clubes “da raça de cor” para os seus tempos livres.

Entre 1928 e 1931, o jornalista e arquiteto negro Gustavo Urrutia superou a “linha da cor” e foi encarregado pelo muito conservador e pro-espanhol *Diario de la Marina* de publicar uma página dominical na qual vários intelectuais euro e afro-cubanos se exprimiam sobre “o problema negro” em Cuba (PAPPADEMUS, 2011; ROBAINA, 1999, p. 110-133).¹¹ Durante a agitação dos anos 1930, certas expressões culturais “mestiçadas” (como a poesia de Nicolás Guillén e a *rumba*) adquirem um

10 Ver as caricaturas de *La Política Cómica*, *La Discusión* e *El Día*, La Habana, maio a julho de 1912.

11 Mesmo Fulgencio Batista não foi admitido nos clubes da elite branca por causa da sua mestiçagem discreta.

reconhecimento nacional graças ao movimento artístico *afrocubanismo*, sob a liderança de um certo Fernando Ortiz que havia renunciado à criminologia racista. Mas a narrativa da história da nação cubana continuava confiscada pelos euro-cubanos e desprovida de todo o protagonismo autónomo dos Afro-cubanos (GUERRA, 1989).

Paralelamente, o Partido Comunista Cubano (PCC) tornou-se o campeão da luta pela igualdade racial, atraindo numerosos negros para as suas fileiras. Não obstante, em 1938, face à escalada de uma extrema direita racista que tinha o seu próprio *Ku Klux Klan Kubano*, os afro-cubanos procuraram coordenar uma resposta, formando a Federação Nacional das Sociedades Negras. Esta mobilização manifestou-se também nos debates da Convenção reunida para redigir uma nova constituição cubana, em 1940. De um total de 67 delegados, apenas 5 eram afro-cubanos (sendo que os afro-cubanos representavam pelo menos 25% da população), mas três destes últimos figuravam entre os 6 delegados do PCC que assim se distinguiu dos outros partidos pelo seu antirracismo. Não só a nova Constituição repetia que “todos os Cubanos são iguais perante a Lei”, tal como em 1901, mas especificava que “toda a discriminação por motivo de sexo, raça, cor, classe ou qualquer outro atentado à dignidade humana [era] ilegal e punível”. Graças à pressão sindical e comunista, um artigo encarregava o Ministério do Trabalho de combater toda a discriminação no emprego, mas não determinava que atribuição dos postos deveria corresponder à distribuição racial na população, como exigia o PCC. Em

1940, o PCC contribuiu com a eleição para a Presidência da República de Fulgencio Batista, com base em um programa de reformas sociais, e dois comunistas tonaram-se ministros (DE LA FUENTE, 2001, p.210-243).

A convenção constitucional de 1939-1940 ofereceu a primeira ocasião para os cidadãos cubanos debaterem abertamente a discriminação racial em áreas tão variadas como o emprego, a educação, a vida associativa, a propriedade agrária ou a aplicação da justiça. Criou-se também um clima favorável à revalorização dos afro-cubanos como protagonistas da história nacional e contribuintes da cultura cubana, quebrando os estereótipos dos negros escravos ou feiticeiros incapazes de modernidade (ARREDONDO, 1939). Vários investigadores afro-cubanos mergulharam nos arquivos e, a partir de 1950, os seus primeiros trabalhos foram publicados.

A publicação nesse ano do livro *Los Independientes de Color* do Afro-Cubano Serafín Portuondo Linares quebrou 35 anos de silêncio sobre a existência, o programa, a composição e repressão do primeiro partido negro das Américas. Filho de um veterano que se tornou membro do PIC, Portuondo produziu uma análise histórica minuciosa e imparcial, fundada em um longo trabalho de escrutínio de arquivos, de documentos oficiais e da imprensa (PORTUONDO LINARES, 1950). Sublinhando o carácter social e popular do partido e das suas reivindicações, avaliou que sua tática de recorrer a um protesto armado em 1912 era corrente na época, e por isso compreensível.

Porém, levantou a hipótese de que este “partido de espoliados” também poderia ter tentado recuperar a legalidade abrindo-se para os brancos das classes populares. Mas concluía que o PIC foi pioneiro na luta contra o racismo anti-negro, ainda hoje atual.

Mesmo que Portuondo fosse membro do PCC, o seu livro provocou de imediato críticas inflamadas por parte do órgão do partido, *Fundamentos*, por não fazer uma análise de classe da sociedade cubana. Para a revista comunista, o PIC era um produto da intervenção militar estadunidense, que tinha feito abortar a revolução social iniciada pela Guerra da Independência. *Fundamentos* acusou o PIC de ter dividido ainda mais as classes trabalhadoras cubanas ao organizar-se sobre bases raciais e ao empregar métodos pequeno-burgueses, sectários e anarquistas. Além disso, o seu protesto armado de 1912 tinha sido um ato de aventureiros que tinha oferecido ao governo o pretexto para uma repressão brutal. Apenas o marxismo-leninismo poderia erradicar o racismo, concluía um dos artigos (ROCA, 1951, p. 476-481 e p. 481-488). O estudo de Portuondo foi assim condenado ao esquecimento pela *intelligentsia* antes e após 1959.

Logo após esta polêmica, o historiador afro-cubano José Luciano Franco publicou uma obra que contribuiu para o reconhecimento do protagonismo dos afro-cubanos. Prudentemente intitulado *Antonio Maceo: Apuntes para una historia de su vida*, o longo estudo nutria-se de numerosos escritos, correspondência pessoal e dos manifestos do “braço armado” de Martí. Destacava o seu abolicionismo durante a Guerra dos Dez Anos, o seu pensamento político igualitário, distinto daquele do “Apóstolo Martí”, a sua luta constante contra o racismo

anti-negro que uma grande parte dos líderes independentistas lhe dirigia, e a sua rejeição a qualquer intervenção dos Estados Unidos nos assuntos cubanos. Com este trabalho, regularmente republicado, Franco estabeleceu uma estratégia discreta, portanto aceitável pelos diferentes governos no poder, de questionar uma epopeia nacional, cujos protagonistas eram euro-cubanos e que tendia a apresentar os afro-cubanos como vítimas-escravos ou colaboradores fiéis (FRANCO, 1975).

A REVOLUÇÃO CUBANA “PARA TODOS E COM TODOS”?

Assim, quando o Movimento 26 de Julho, dirigido por Fidel Castro, toma o poder no início de 1959, os afro-cubanos já tinham perdido todo o protagonismo político. Alguns tinham sido beneficiados pelas generosidades de Batista, outros se mantinham fiéis a um PCC em decadência. À exceção de Juan Almeida, um afro-Cubano de origem modesta frequentemente posto em destaque, o movimento de Castro era composto por uma maioria de euro-cubanos de classe média que não mostrava interesse em combater o racismo. Contudo, o advogado negro Juan René Betancourt decidiu colocar a questão racial na ordem do dia em dois artigos que pediam ao governo revolucionário que agisse contra as raízes socioeconómicas da desigualdade racial. Criticando a política anterior de promoção simbólica de alguns negros, ele observava que todos os dirigentes revolucionários eram brancos. Para ele,

apenas a organização independente dos discriminados podia vencer a discriminação ao dar-lhes um sentido do seu próprio valor. Os afro-cubanos deviam, por isso, unir-se em uma organização que lhes permitisse promover uma mudança que atendesse às suas necessidades. Em um primeiro momento, Castro encarregou Betancourt de reorganizar as sociedades negras, mas depois reviu a sua decisão, rejeitou toda legislação anti-discriminatória (então ainda exigida pelo PCC) e, como já tinha acontecido em 1898-1902, pediu aos afro-cubanos que fossem discretos e pacientes. A solução viria de cima, graças à nacionalização, em 1960 e 1961, de todo o setor privado, das escolas às fábricas e às lojas, passando pelos centros de recreação. Todos os clubes, incluindo as sociedades da *raza de color*, foram fechados, o que pôs fim à segregação nos locais públicos, sem que houvesse espaço para um debate sobre a discriminação e o racismo. Ao mesmo tempo, o governo lançou várias políticas em favor dos mais pobres, dentre os quais os afro-cubanos eram sobre-representados, como por exemplo, uma campanha nacional de alfabetização. Afastado dos círculos revolucionários, Betancourt exilou-se nos Estados Unidos em 1961 e publicou um texto no qual denunciava a política castrista de confisco das organizações afro-cubanas na *The Crisis*, a revista da NAACP.¹²

O ano de 1961 ficou marcado pela tentativa

fracassada da invasão da Baía dos Porcos, e pela declaração de Fidel Castro de que a revolução era socialista. Também foi o ano da tentativa de Walterio Carbonell, um afro-Cubano comunista-negrista-terceiro-mundista, de escrever uma história cubana de inspiração marxista, cujo protagonista não era o proletário, mas o escravo africano. Em *Crítica: Cómo surgió la cultura nacional*, Carbonell chamava a Revolução castrista a rever fundamentalmente a concepção da história cubana, segundo ele, sempre baseada na obra de Ramiro Guerra (ver nota 33) e na ideologia da burguesia. Ele argumentava que esta ideologia ignorava a primeira metade do século XIX, período durante o qual a cultura nacional havia nascido e se desenvolvido como um produto da luta entre as duas principais classes da sociedade colonial: os escravagistas e os escravos. Esta ideologia situava sempre as raízes da cultura nacional em autores euro-cubanos que tinham defendido a plantação escravagista ao ponto de desejar, seja a anexação de Cuba pelos Estados Unidos, seja a autonomia no seio de Espanha, e que, em caso algum, preenchia o papel de uma burguesia nacional. Como bom materialista dialético, Carbonell estabelecia que desde 1800 a nação cubana tinha sido forjada no confronto fazendeiro/escravo, espanhol/africano, catolicismo/religiões africanas. “O escravo é o protagonista da história” e os primeiros revolucionários foram os escravos que se revoltaram ou formaram comunidades evadidas. Foram também os homens livres de cor que, aliados aos escravos, lutaram contra a escravidão e o colonialismo espanhol, como Aponte e os seus acólitos em

¹² Ver BETANCOURT [1959?] e “Castro and the Cuban Negro”, *The Crisis*, maio de 1961, p. 270-274, <http://afrocubaweb.com/castro-cuban-negro.pdf> (14.10.2013). Também GURIDY (2010), p. 1-3.

1812, escreveu Carbonell. Foram, igualmente, os *cabildos de nación* que permitiram aos africanos de origens distintas construir uma cultura de resistência clandestina. Mas tudo isto, continuava Carbonell, passou em silêncio pela historiografia oficial, segundo a qual a epopeia nacional e antiescravagista tinha início com a Guerra dos Dez Anos, em 1868, e com a decisão do fazendeiro branco Céspedes, no oriente, de libertar os seus escravos para os integrar no seu exército anticolonial. Ora esta data era um logro porque, nessa época, a maioria dos fazendeiros euro-cubanos do centro e oeste da ilha mobilizava-se para defender a Espanha e a escravidão. Mas esta mistificação, de acordo com Carbonell, permitiu “que os poetas dissessem que a libertação dos escravos foi um ato de generosidade dos ricos, dos próprios escravagistas” sem ter em conta a dialética colonial. Se em 1902, esta dialética tivesse sido incluída, não teria sido possível esconder do povo a verdade por trás da máscara de democracia da burguesia durante a República “com todos e para todos”. Claramente, ao citar este famoso slogan de Martí, Carbonell atacava-o sob a capa das suas críticas repetidas “aos poetas”. De forma surpreendente, sua obra ignorava o PIC, considerado, sem dúvida, pequeno-burguês. Entretanto, Carbonell referia-se várias vezes a Fidel Castro, em particular para se regozijar que ele tinha lembrado “ao povo... o passado da antiga classe dominante”, e procurando empurrar o “líder máximo” para o caminho de uma reinterpretação afrocêntrica da epopeia nacional (CARBONELL, 1961).

Mas em 1961, “com todos e para todos” era

também o objetivo primeiro de Castro. *Crítica* desapareceu rapidamente das livrarias cubanas e Carbonell foi reduzido ao silêncio, em um momento em que o governo não queria que o Movimento dos Direitos Civis dos Estados Unidos tivesse seguidores em Cuba.¹³ A partir de 1961, os afro-cubanos *não puderam exprimir-se enquanto tal, mas apenas como partidários* sem raça da Revolução. Com esse objetivo, Juan Almeida acompanhou Castro na maior parte das suas viagens internacionais, e o sindicalista comunista negro Lázaro Peña, apenas regressado do exílio, foi nomeado para chefiar a Confederação dos Trabalhadores Cubanos. A partir de então, os dois passaram a encarnar a adesão dos afro-cubanos à revolução e a integração deles na sua liderança. Qualquer mobilização autônoma torna-se impossível — ou apelidada de ameaça à unidade cubana, perante o imperialismo estadunidense, portanto, reprimida como tal.

Depois da censura à Carbonell, tornou-se claro que o triunfo da Revolução cubana não iria alterar a epopeia nacional narrada pelos historiadores cubanos: pelo contrário, tornar-se-ia o seu corolário. O dogma “com todos e para todos” foi, mais do que nunca, reavivado, uma vez que permitia regulamentar a questão racial e a dos dissidentes. A trajetória da luta independentista e abolicionista, oficialmente lançada em 1868, teria sido concluída com o triunfo da Revolução em 1959, passando Céspedes, à de Martí e finalmente à Castro, conservando assim o protagonismo euro-cubano. De forma significativa,

¹³ *Só em 1975, durante o apoio de Cuba a Angola, que Castro se declarou “afro-latino”.*

as principais contribuições historiográficas de Cuba Revolucionária nos anos 1960 foram *El ingenio*, de Manuel Moreno Fragnals, e *Biografía de un Cimarrón*, do etnólogo Miguel Barnet. Ou seja, uma história econômica sobre o crescimento e declínio da indústria açucareira escravagista que negava todo o protagonismo aos escravos, e uma narrativa baseada em entrevistas com um antigo escravo centenário que se concentrava nas lembranças africanas dos primeiros 40 anos da sua vida, mas que parava abruptamente em 1902 obliterando os 60 anos seguintes, inclusive sua participação no PIC (FRAGINALS, 1964; BARNET, 1986).

O estudo da escravidão foi privilegiado pela historiografia oficial, o que não impediu José Luciano Franco de prosseguir com o seu trabalho de salvaguarda discreta da história dos afro-cubanos livres ou protagonistas da mudança através das publicações sobre Aponte, Plácido, sobre os escravos em quilombos ou em rebelião (FRANCO, 1964 e 1977). A partir de 1963, o historiador negro Pedro Deschamps-Chapeaux acompanhou-o nesta tarefa, com obras sobre o papel econômico, cultural e político dos homens de cor livres no século XIX ou sobre Rafael Serra (CHAPEAUX, 1971 e SERRA y MONTALVO, 1975).

A partir da institucionalização da Revolução em 1970, a questão racial foi ignorada. Simultaneamente, a análise oficial repetia que a Revolução de 1959 tinha concretizado a igualdade racial, e que o racismo e aquilo a que ainda se chamava “o problema negro” estavam ligados ao capitalismo e ao imperialismo dos Estados Unidos, pertencendo por isso, ao passado. A primeira obra sobre estas questões só foi publicada em 1986 -

no centenário pouco celebrado da abolição da escravatura — com o título revelador *El problema negro en Cuba y su solución definitiva*, pelo afro-cubano Pedro Serviat (1986). Assim, o problema não era, uma vez mais, o racismo, mas sim o negro enquanto tal. E a sua solução definitiva era a Revolução castrista.

A conclusão otimista de Serviat foi, contudo, relativizada pelo próprio Fidel Castro, nesse mesmo ano comemorativo de 1986. De fato, pela primeira vez, Castro reconheceu no seu discurso de encerramento do III Congresso do PCC, onde lançava a “Campanha de Retificação dos erros e tendências negativas”, que o racismo e a discriminação ainda afetavam a sociedade cubana. Graças às suas palavras, a proporção de afro-cubanos membros do Comité Central do partido duplicou imediatamente, atingindo um recorde de 28% em 1986, antes de voltar a descer para 16% em 1991 e para 13% em 1997 — embora as estatísticas oficiais estimassem que os afro-cubanos compusessem cerca de 34% da população de Cuba, um número provavelmente subavaliado (DE LA FUENTE, 2001, p. 312 -313 e 330). Este primeiro discurso de Castro sobre a discriminação atuou como um “abre-te sésamo”, permitindo que vários afro-cubanos produzissem estudos que realçassem o protagonismo dos negros — ainda que continuando a apoiar-se prudentemente em citações de Martí e de Castro.¹⁴ Neste contexto de mobilização dos afrodescendentes latino-americanos, no Brasil, na Colômbia, no Uruguai,

¹⁴ Ver: FERNÁNDEZ (1995) ; HELG, (2000) ; FERNÁNDEZ, (2002); MERIÑO FUENTES (2006). Ver também a reedição de Serafín Portuondo Linares, *Los Independientes de Color* (2002).

no Equador, no Peru, não apenas por um reconhecimento cultural, mas também por novos direitos como de representação proporcional na educação superior e nas instituições ou a propriedade coletiva das suas terras ancestrais, algumas tentativas tímidas de organizações autônoma (logo anticonstitucionais) tiveram lugar em Cuba. Assim, em 1998, a *Cofradía de la Negritud* foi fundada pelo engenheiro Norberto Mesa, a qual se juntou rapidamente o jornalista Tato Quiñones com o objetivo de destacar o aumento das discriminações. Jovens afro-cubanos, muitos *rappers*, frequentavam um curso sobre a história dos afro-cubanos dado por Tomás Fernández Robaina na Biblioteca Nacional e buscavam o seu *historical empowerment*. Outros seguiram uma via mais complacente, como o projeto prudentemente chamado *Color cubano que*, formado em 2001 por afro-cubanos saídos da União Nacional de Escritores e Artistas Cubanos (UNEAC), propunha reformas dos meios de comunicação e na educação para promover imagens positivas dos afro-cubanos.

Em 2003, um estudo da Academia das Ciências de Cuba demonstrou que as diferenças entre euro e afro-cubanos tinha crescido e que o racismo aumentava de maneira inquietante. A situação socioeconómica dos negros de Cuba tinha, de fato, piorado durante o “Período Especial en Tiempo de Paz” que se seguiu ao fim da ajuda soviética. A autorização de remessas de familiares exilados e a abertura de setores económicos com participação estrangeira haviam agravado sua marginalização, já que os exilados eram, sobretudo euro-cubanos e os empregos no turismo favoreciam sistematicamente aos euro-cubanos. A desigualdade

tornara-se tão clara que obrigou Castro a um novo discurso sobre a discriminação racial e a necessidade de combatê-la a partir do executivo.¹⁵

Contudo, o poder executivo continuava a exercer um controle implacável sobre todo o protagonismo negro independente. Os movimentos de consciência negra, de rap ou de hip-hop eram vigiados de perto e, por vezes, institucionalizados. Em 2006 a *Cofradía de la Negritud* pediu que o Parlamento cubano debatesse a discriminação racial em Cuba e lançasse medidas para assegurar a igualdade de todos; reclamava também a criação de uma comissão contra a discriminação e o racismo perante a qual as vítimas pudessem apresentar queixa, bem como reformas escolares para facilitar o acesso das “minorias” (afro-cubanas) aos estudos e aos lugares superiores da administração; por fim exigia que os afro-cubanos e afro-cubanas fossem publicamente consagrados pela história nacional e inscritos no espaço memorial.¹⁶ Em vez de responder às exigências de uma luta tangível contra a discriminação expressas pela *Cofradía*, as autoridades puseram fim, em 2008, ao *Color cubano*, e substituíram-no por uma Comissão da UNEAC para a Luta Contra o Racismo e a Discriminação, dirigida por um alto-funcionário do PCC e com a missão de organizar colóquios e refletir sobre possíveis espaços memoriais que valorizassem

15 <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2003/esp/f070203e.html> (20.09.2013).

16 “*La Cofradía de la Negritud: Un proyecto de acción ciudadana contra la discriminación racial*”, in *Revista Encuentro*, vols. 53/54, verão/outono de 2009, p. 106-115, <http://www.cubaencuentro.com/var/cubaencuentro.com/storage/original/application/7ee4dd54391cfa13f8ce416c1f82ab8a.pdf> (20.09.2013).

os Afrodescendentes (COVARRUBIAS, 2009). Em realidade, aproximava-se o ano de 2012, com o bicentenário da Conspiração de Aponte e o centenário do massacre do PIC e de milhares de afro-cubanos.

Para evitar qualquer glorificação da luta antirracista do PIC, a UNEAC financiou a publicação de um ensaio intitulado *La conspiración de los iguales* que acusava o partido negro de ter traído a república igualitária tentando provocar uma intervenção militar dos Estados Unidos (RODRÍGUEZ, 2010).¹⁷ Em 2012, à exceção de alguns seminários reservados à *intelligentsia*, não houve qualquer cerimónia oficial. Aquelas e aqueles que tivessem querido comemorar 1812 ou 1912 mais uma vez não encontraram um lugar e, no caso do PIC, nem mesmo uma placa comemorativa, para fazê-lo.

BIBLIOGRAFIA

ARANDIA COVARRUBIAS, Gisela. **Sobre Color Cubano**, 10 de março 2009, <http://www.afrocubaweb.com/colordecuba.htm> (06.10.2013).

ARREDONDO, Alberto, **El negro en Cuba**. Ensayo, La Habana, Editorial «Alfa,» 1939.

BARCIA, María del Carmen, “José Antonio Aponte, icono de la subalternidad », **La Jiribilla. Revista de Cultura Cubana**, 7-13 de abril de 2012, http://www.lajiribilla.cu/2012/n570_04/570_22.html (15.10.2013).

BARNET, Miguel. **Biografía de un cimarrón (1966)**, reimp. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

BETANCOURT, Juan René, **El negro, ciudadano del futuro, La Habana, Cárdenas, [1959?]**

CARBONELL, Walterio, **Crítica. Cómo surgió la cultura nacional**, La Habana, Editorial Yaka, 1961.

“Castro and the Cuban Negro”, **The Crisis**, maio de 1961, p. 270-274, <http://afrocubaweb.com/castro-cuban-negro.pdf> (14.10.2013).

CHAPEAUX Pedro Deschamps, **El negro en la economía habanera del siglo XIX**, La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1971

CHILDS, Matt D. **The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2004.

CONTE, Rafael ; CAPMANY José M. **Guerra de razas (negros y blancos en Cuba)**, La Habana, Imprenta Militar Antonio Pérez, 1912

CUEVAS, Eduardo Torres. **Antonio Maceo: Las ideas que sostienen el arma**, La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 1995;

DE LA FUENTE, Alejandro, **A Nation for All: Race, Inequality, and Politics in Twentieth-Century Cuba**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2001

FERNÁNDEZ, Silvio Castro. **La Masacre de los independientes de color en 1912**, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2002

¹⁷ Com o tempo, a Conspiração de Aponte tornou-se menos polémica. Ver BARCIA (2012).

FRANCO José L., **Plácido, una polémica que tiene cien años: y otros ensayos**, [La Habana], Ediciones Unión, 1964.

FRANCO, José L. ; Antonio Maceo: **Apuntes para una historia de su vida (1951)**, reimp. 3 vols., La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

FRANCO, José L. **Las conspiraciones de 1810 y 1812**, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977.

GARCÍA, Gloria. **Conspiraciones y revueltas. La actividad política de los negros en Cuba (1790-1845)**, Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2003

GUERRA, Ramiro, **Manual de historia de Cuba (1938)**, La Habana, Editorial Pueblo y Educación, 1989.

GURIDY, Frank Andre. **Forging Diaspora: Afro-Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2010, p. 1-3.

HELG Aline. **Our Rightful Share. The Afro-Cuban Struggle for Equality, 1886-1912**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1995.

HELG, Aline, “Black Men, Racial Stereotyping and Violence in the U.S. South and Cuba at the Turn of the Century”, **Comparative Studies in Society and History**, vol. 42 (julho de 2000), p. 576-604.

HELG Aline, **Lo que nos corresponde: La lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba, 1886-1912**, La Habana, Imagen Contemporánea, 2000.

HELG, Aline, “La Mejorana Revisited: The Unresolved Debate between Antonio Maceo and José Martí”, **Colonial Latin American Historical Review**, vol. 10, no 1 (2001), p. 61-89.

HELG, Aline, “La limpieza de sangre bajo las reformas borbónicas y su impacto en el Caribe neogranadino”, **Boletín de Historia y Antigüedades** (Bogotá), no 856, 2014.

HOWARD, Philip A **Changing History : Afro-Cuban Cabildos and Societies of Color in the Nineteenth Century**, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1998.

IBARRA , Jorge. **Ideología mambisa**, La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1972.

“La Cofradía de la Negritud: Un proyecto de acción ciudadana contra la discriminación racial”, in **Revista Encuentro**, vols. 53/54, verão/outono de 2009, p. 106-115, <http://www.cubaencuentro.com/var/cubaencuentro.com/storage/original/>

LINARES, Serafín Portuondo, **Los Independientes de Color. Historia del Partido Independiente de Color**, La Habana, Publicaciones del Ministerio de Educación, Dirección de Cultura, 1950.

MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles. **Una vuelta necesaria a mayo de 1912**, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

MARTÍ José; GÓMEZ Máximo. “Manifiesto de Montecristi” (25 de março de 1895), in MARTÍ, **Obras completas**, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1975, vol. 4, p. 91-101;

MONTALVO J. R., et al. **El cráneo de Antonio Maceo (Estudio antropológico)**, La Habana, Imprenta Militar, 1900; *El Fígaro* (La Habana), 23 de Noviembre de 1902, p. 559.

MORALES Y MORALES, Vidal, **Iniciadores y primeros mártires de la revolución cubana** (1901), reimp. La Habana, Editorial Nacional de Cuba, 1963.

MORENO FRAGINALS, Manuel. **El ingenio: El complejo económico social cubano del azúcar**, La Habana, Comisión Nacional Cubana de la Unesco, 1964.

MUSTELIER, Gustavo Enrique, **La extinción del negro. Apuntes político-sociales**, La Habana, Imprenta de Rambla, Bouza y Cía, 1912.

OPATRNÝ Josef, U.S. **Expansionism and Cuban Annexationism in the 1850s**, Lewiston, N.Y, E. Mellen Press, 1993.

ORTIZ, Fernando. **Hampa afrocubana. Los negros brujos (apuntes para un estudio de etnología criminal)** (1906), reimp. Madrid, Editorial América, 1916

PALMIÉ, Stephan. **Wizards and Scientists: Explorations in Afro-Cuban Modernity and Tradition**, Durham, Duke University Press, 2002.

PAPPADEMOS, Melina. **Black Political Activism and the Cuban Republic**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2011.

PAQUETTE, Robert L., **Sugar Is Made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba**, Middletown Connecticut, Wesleyan University Press, 1988.

PÉREZ, JR, Louis A., **Cuba under the Platt Amendment, 1902-1934**, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1986

PORTUONDO LINARES, Serafin. **Los Independientes de Color. Historia del Partido Independiente de Color**, 2da. edición corregida y mejorada [sic], La Habana, Editorial Caminos, 2002.

Reglamento del Directorio central de la raza de color, La Habana, Imprenta “La Lucha”, 1892.

REID-VAZQUEZ, Michele **The Year of the Lash. Free People of Color in Cuba and the Nineteenth-Century Atlantic World**, Atlanta, University of Georgia Press, 2011;

ROBAINA, Tomás Fernández, **El negro en Cuba**, 1902-1958.

ROCA, Blas, “Sobre el libro ‘Los independientes de color’”, **Fundamentos**, no 11 (maio de 1951), p. 481-488

RODRÍGUEZ Rolando, **La conspiración de los iguales. La protesta de los Independientes de Color en 1912**, La Habana, Imagen Contemporánea, 2010.

SCOTT Rebecca J. **Slave Emancipation in Cuba: The Transition to Free Labor, 1860-1899**, Princeton, N.J., Princeton University Press, 1985

SERRA , Rafael, **Para blancos y negros. Ensayos políticos, sociales y económicos**, La Habana, Imprenta “El Score”, 1907.

SERRA Y MONTALVO, Rafael. **Obrero incansable de nuestra independencia**, La Habana, Unión de Escritores y Artistas de Cuba, 1975.

SERVIAT, Pedro. **El problema negro en Cuba y su solución definitiva**, La Habana, Empresa Poligráfica del CC del PCC, 1986.

TROUILLOT, Michel-Rolph, **Silencing the Past. Power and the Production of History**, Boston, Beacon Press, 1995.

YACOU, Alain. **La longue guerre des nègres marrons de Cuba (1796-1852)**, Paris, Karthala, 2009.